

**Acta da reunião Ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro
realizada em 17 de Novembro de 2011**

----- Aos dezassete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr. Luís António de Sousa Teixeira, Dr.^a Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. Adelino da Silva Cunha. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a sessão pelas dez horas e cinco minutos. No início da sessão, procedeu-se à leitura da acta da reunião anterior que, colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Para comentar uma passagem da acta da reunião anterior, usou da palavra o Sr. Dr. António Afonso sobre o “Voto de Pesar” apresentado pelo Sr. Vereador Dr. Luís Teixeira pelo falecimento do Sr. Alberto Marques, que foi presidente da Junta de Freguesia da Ribeira. A este propósito, esclareceu que os Vereadores do PSD não apresentaram o voto de pesar que tinham preparado porque o Sr. Vereador Dr. Luís Teixeira usou primeiro da palavra do que os vereadores do PSD e, por isso, o voto de pesar apresentado deve ser reconhecido como um voto de todo o Executivo Municipal.

----- Usou da palavra o Sr. Presidente para referir que a acta reflecte o que de facto se passou na reunião anterior e acrescentou que os votos de pesar, ao serem aprovados pelo Executivo, abarcam todo o Executivo e não devem ser “objecto” de aproveitamento político. -----

----- No Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente prestou informações sobre a reunião do Conselho Geral da ANMP que decorreu em Coimbra, na sede da ANMP. Salientou as preocupações dos autarcas presentes nessa reunião com as restrições impostas aos municípios no Orçamento Geral do Estado para 2012. -----

----- Em seguida, deu conhecimento de uma reunião da Assembleia Geral do CIAB que se realizou, ontem, no salão nobre da Câmara Municipal. -----

----- Depois, informou que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realizará no dia vinte e oito de Novembro, nos Paços do Concelho, e abordará os seguintes assuntos: actividade do Município e situação financeira desde a última reunião da Assembleia Municipal; análise e votação do IMI; análise e votação sobre a participação variável no IRS; análise e votação da derrama; análise e votação da taxa municipal de direitos de

passagem; análise e votação do Regulamento do Cemitério de Moimenta-a-Nova; análise e votação das alterações ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade; análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012. -----

----- Posteriormente, e dada a coincidência da data da próxima reunião do Executivo Municipal com um dia de feriado, dia um de Dezembro, o Sr. Presidente salientou a necessidade da reunião ser alterada para outro dia. Por decisão consensual, a próxima reunião Ordinária do Executivo Municipal ficou agendada para o dia dois de Dezembro, sexta-feira, às 10:00 horas. -----

----- Por último, o Sr. Presidente apresentou um comentário à “Declaração de Voto” dos Vereadores eleitos pelo DSD, apresentada na última reunião deste órgão, sobre as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012”, que se passa a transcrever: -----

----- «Relativamente ao ponto 1 da declaração de voto apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PSD, ninguém desconhece que as dificuldades actuais são muito superiores às que existiam até 2009. Os anos de 2010 e 2011 trouxeram grandes restrições e cortes nos orçamentos das autarquias e das famílias. Os próximos anos serão ainda piores. Por isso, à afirmação transcrita pelos vereadores eleitos pelo PSD (“Temos a perfeita noção de que não será nada fácil (para não dizer impossível nos próximos anos) concretizar alguns objectivos do nosso mandato autárquico, como combater a desertificação do Concelho e o envelhecimento da população, proporcionando aos jovens condições para a sua fixação”) falta acrescentar: “Não esperávamos que a crise económica e social que afecta o país aumentasse dia após dia, ao ponto de reduzir significativamente as receitas municipais.” Uma afirmação deve ser devidamente contextualizada e é assim que ela está nos documentos previsionais para 2012. Quanto à revisão do PDM, importa referir claramente o seguinte: O Executivo anterior contratou uma empresa para proceder à revisão do PDM, mas essa empresa tem, ao longo do tempo, atrasado o processo de revisão desse instrumento de ordenamento do território. Já considerámos rescindir o contrato com essa empresa, mas o que teríamos de pagar de indemnização obriga-nos a manter uma situação que não é da nossa responsabilidade. Para que os trabalhos de revisão do PDM avancem, temos de estar frequentemente a telefonar e a exigir celeridade. Mesmo assim, nos dois últimos anos, já houve uma grande evolução na revisão do PDM, como é possível comprovar com o material já produzido. -----

----- No ponto 2 da declaração de voto, os Vereadores eleitos pelo PSD falam de “falta de investimento”. Importa mais uma vez esclarecer que, nos últimos dois anos, além de pagarmos dívidas do Executivo anterior, num montante muito elevado, também já

fizemos muito investimento: no pavilhão municipal (nós pagamos uma parte significativa desse investimento e soubemos obter 500.000,00 € de apoio dos fundos comunitários); nas vias municipais (cerca de 1.000.000,00 € de investimento); na rede de água e saneamento (cerca de 900.000,00 € de investimento); na piscina municipal (do valor final da obra, que anda por 1.400.000,00 €, nós pagámos cerca de 800.000,00 €, só com 500.000,00 € de apoio dos fundos comunitários); nas infra-estruturas tecnológicas da Educação (quadros interactivos); na modernização e interligação dos serviços municipais e criação do balcão único (investimento de 540.000,00 €); na rede de videovigilância no Centro Escolar; no projecto Cávado Digital (apetrechar os serviços municipais com novas tecnologias, com um investimento de 129.000,00 €); na Protecção Civil; etc. Nos últimos dois anos, soubemos concretizar e melhorar projectos que estavam em curso e elaborar novos projectos, alguns já candidatados aos fundos comunitários, tendo investido mais de 3.000.000,00 €. Não seguimos a linha de opções políticas de investimento do Executivo anterior, que era sem critério. O Executivo anterior perguntava: Que apoios há? E fazia obras que não eram necessárias. Nós não actuamos assim. Nós pensamos e decidimos deste modo: O que nos faz falta? Há apoios financeiros do QREN? Se houver, tanto melhor. Se não houver, voltamos a ponderar e às vezes avançamos para obras sem apoios, como no caso da colocação do piso sintético no campo do G. D. Gerês. -----

----- Ainda no ponto 2 da declaração de voto dos vereadores eleitos pelo PSD, aponta-se a capacidade de endividamento do Município como a solução para os problemas financeiros. Nós não concordamos pois os problemas financeiros não se resolvem com mais dívida. No início de 2010, a dívida do Município de médio e longo prazos era de 5.455.517,94 €. Reduzimos, em apenas dois anos, o montante dessa dívida em 818.742,06 €, o que significa uma redução de 15 %. No final deste ano, deveremos, 4.636.775,00 €. Em dois anos, pagámos de juros e amortizações dessa dívida 818.742,06 (são aproximadamente 35.000,00 € por mês). Se entrássemos na loucura de aumentar a dívida do Município, ainda nos arriscávamos a não ter dinheiro para o essencial (por exemplo, para os ordenados dos funcionários). Esclareço que os números relativos à capacidade de endividamento não estão na totalidade correctos. É certo que a nossa capacidade de endividamento é de 2.658.000,00 €, mas com o rateio que o Governo, através da DGAL, levou a cabo de modo a reduzir o endividamento dos municípios, a nossa capacidade de endividamento passou para 645.003,00 €. E se gastássemos esse dinheiro, em 2012 seria de zero, como já acontece com muitos

municípios. Se tivéssemos endividado mais o nosso município, agora estariam os eleitos pelo PSD a criticar a dívida do município, o despesismo, etc. -----

----- Para esclarecer os números dos cortes nas transferências do OGE para o nosso município, passo a referir: -----

- No início de 2010, o montante da transferência prevista do OGE e que fazia parte do nosso orçamento para 2010 era de 6.194.058,00 €; -----

- Em Junho de 2010 (com o PEC), esse montante foi reduzido para 5.957.989,00 € (perdemos cerca de 236.000,00 €); -----

- Em Janeiro de 2011, o montante da transferência do OGE para o Município de Terras de Bouro foi 5.699.821,00 € (perdemos em relação ao início de 2010 cerca de 500.000,00 €); -----

- Em Janeiro de 2012, esse montante foi reduzido para 5.417.213,00 € (perdemos em relação a 2011, cerca de 283.000,00 €) -----

----- Os números são claros: em apenas dois anos e meio, o orçamento municipal viu reduzidas as transferências do OGE em cerca de 1.020.000,00 €. -----

----- No ponto 3 da declaração dos vereadores eleitos pelo PSD, diz-se que o concelho precisa de investimento que gere emprego e não “subsídiodependência”. Já tivemos oportunidade de referir que o nosso conceito de investimento não é coincidente com o do Executivo anterior. Para o Executivo anterior, investir era construir museus e centros do garrano. O Executivo anterior correu atrás do Centro Escolar e desertificou o nosso concelho, aumentando significativamente a despesa com o transporte de alunos. Por isso, o Executivo actual não alinhou nem alinhará, enquanto puder, com a DREN e ME, que nos solicitam a concretização do Centro Escolar do Vale do Cávado. “Investimento para criar emprego”, apregoam. Apontem um investimento nos oito anos de gestão do Executivo anterior que tivesse criado emprego? Não conhecemos. Nós soubemos aproveitar a Casa de Latim para criar emprego e empenhamo-nos na fixação do Intermarché no concelho. Falam em “subsídiodependência”, mas não esclarecem que subsídios cortavam. Foi o Executivo anterior que elevou o montante dos apoios aos grupos desportivos federados (equipas seniores) para números elevados. Nós estamos a reduzir esses montantes. Os outros apoios que o Executivo actual concede, exceptuando o apoio às festas das freguesias, são investimento: Banda de Música de Carvalheira, desporto das camadas jovens, centros sociais, etc. (trata-se de investimento na educação, no desporto, no conforto das crianças e idosos, etc.). -----

----- No ponto 4 da sua declaração de voto, os vereadores eleitos pelo PSD não concordam com as obras no campo de futebol da Pereira (G. D. Gerês). Lamentam os 250.000,00 € que aí estão a ser investidos pois daíam para investir quase 2 milhões de euros com o recursos aos fundos comunitários. (Não é tanto: cerca de 1,5 milhão de investimento, com as participações actuais de 80%). E quanto não teria investido o Executivo anterior (pelo menos não teria deixado tantas dívidas) com 1,2 milhões de euros do Museu da Geira, construído sem fundos comunitários e que ainda estamos a pagar?!... Nós investimos 250.000,00 € num recinto desportivo, o Executivo anterior “investiu” 1.200.000,00 € num museu! -----

----- As obras no campo de futebol do G. D. Gerês justificam-se plenamente por três razões: igualdade entre os dois vales do concelho; promoção do desporto entre os mais jovens; oportunidade de dinamização da rede de hotelaria (o campo terá as medidas regulamentares para acolher estágios e treinos de equipas profissionais). -----

----- Neste momento, o Executivo em permanência está a poupar mais de 50.000,00 € por ano em cargos de nomeação política relativamente ao Executivo anterior. -----

----- No ponto 6 da declaração dos eleitos pelo PSD, fala-se no aumento das despesas correntes com o pessoal e apela-se a uma reorganização dos serviços. O Executivo anterior chegou a fazê-la? Lamentam a criação de uma nova divisão. Que custos trouxe? Nenhum, porque não nomeámos chefe para essa divisão. -----

----- Concluindo: Para justificar a abstenção, que é normal e politicamente correcta, usam-se, mais uma vez, argumentos sem qualquer fundamento».

----- Terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores. Usou da palavra o Sr. Dr. António Afonso, questionando o ponto da situação sobre a pintura da Escola do 1.º Ciclo do Gerês, agendada para o início do ano lectivo. -----

----- Respondeu de imediato a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado, afirmando que a intervenção nesse edifício não foi possível em Setembro, mas continua prevista e será executada oportunamente. -----

----- Retomou o uso da palavra o Sr. Dr. António Afonso, querendo saber também o ponto da situação sobre a intervenção que está a ser efectuada na Escola do 1.º Ciclo de Gilbarbedo, Cibões. -----

----- Sobre esta questão, a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado informou que o edifício está a ser reabilitado para duas habitações sociais. Neste momento a obra encontra-se em fase de conclusão, registando-se, apenas, um atraso no processo de abastecimento de água por parte da Junta de Freguesia. -----

----- Seguiu-se nova intervenção do Sr. Vereador Dr. António Afonso, referindo ter visto na comunicação social uma notícia que referia que o Município de Vieira do Minho conseguiu arrecadar um investimento de cerca de três milhões e meio de euros da EDP. Neste sentido questionou se o Município de Terras de Bouro também vai ser contemplado com algum investimento da EDP, dado que também possui barragens como Vieira do Minho. -----

----- Respondeu a estas questões o Sr. Presidente, começando por referir que os investimentos da EDP em Vieira do Minho se devem às obras na barragem de Salamonde e será um investimento nas freguesias do Vale do Cávado que se situam próximas dessa barragem. O Sr. Presidente aproveitou para informar que está tudo bem encaminhado para que a EDP pague onze milhões de euros aos Municípios com Barragens. -----

(Segue-se a transcrição da minuta)

----- Sendo 11 horas e 50 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----